



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA ISABELA CORRÊA MOURÃO

O avanço do conservadorismo no Brasil no período de 2018-2023 e seus reflexos na formação política e cultural dos adolescentes

MANAUS-AM

2026

MARIA ISABELA CORRÊA MOURÃO

O avanço do conservadorismo no Brasil no período de 2018-2023 e seus reflexos na formação política e cultural dos adolescentes

Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas, orientado pelo Profº Dr. Elton Santa Brígida do Rozário.

Orientador: Profº Dr. Elton Santa Brígida do Rozario

MANAUS-AM

2026

MARIA ISABELA CORRÊA MOURÃO

O avanço do conservadorismo no Brasil no período de 2018-2023 e seus reflexos na formação política e cultural dos adolescentes

Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas, orientado pelo Profº Dr. Elton Santa Brígida do Rozário.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 23/01/2026.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Elton Santa Brígida do Rozário - UFAM
Orientador

Prof. Dra. Glacielli Thaiz Souza de Oliveira - Assistente Social / TJAM
Avaliadora

Prof. Dr. Jefferson William Pereira - UFAM
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meu agradecimento mais profundo aos meus pais, Keynes Mourão e Adriana Ferreira, que são o meu maior exemplo de força e amor. Sem o apoio de vocês, eu não teria chegado até aqui. Cada abraço e cada conselho fizeram toda a diferença. Estendo esse agradecimento a toda a minha família, que sempre torceu por mim e acreditou no meu potencial.

Aos colegas do estágio, agradeço pelas nossas bandejadas, pelas resenhas nos intervalos e por transformarem a rotina corrida em momentos mais leves e divertidos. Também deixo minha eterna gratidão às assistentes sociais do meu campo de estágio, minhas supervisoras Glacielli e Luciana, Andrea, Luana, Sabrina, Silvânia, Suely e Vanessa, profissionais com quem tive o privilégio de conviver ao longo dessa trajetória, cada uma delas me ensinou algo que levarei para a vida profissional e pessoal.

Aos meus amigos, tanto os da faculdade quanto os da vida fora dela, obrigada por serem minha rede de apoio, por me arrancarem sorrisos nos dias difíceis e por celebrarem comigo cada pequena vitória, vocês foram o combustível que me manteve seguindo em frente. Meu agradecimento mais especial vai para Giuseppe e Vanessa, vocês foram mais do que amigos e companheiros: foram porto seguro. Obrigada por me incentivarem quando eu estava prestes a desistir, por me ouvirem desabafar, por me fazerem acreditar que eu era capaz, a presença de vocês foi fundamental para que este trabalho fosse concluído.

Ao meu orientador Prof^o Elton Santa Brígida, obrigada pela paciência, pela escuta e pelas orientações para que este trabalho se tornasse possível, sua dedicação foi um ponto de apoio enorme no processo de construção deste trabalho.

Por fim, olhando para minha trajetória, foram muitos altos e baixos, momentos de dúvida, ansiedade e cansaço extremo. Houve dias em que eu realmente achei que não ia conseguir chegar aqui. Mas hoje, entregando este trabalho, sinto um orgulho imenso de mim mesma. Cada desafio me fez crescer, cada obstáculo me tornou mais forte. Este não é só o fim de uma etapa acadêmica, é a prova de que eu sou capaz de ir além, mesmo quando tudo parecia impossível.

RESUMO

Este trabalho analisa o avanço do conservadorismo no Brasil e seus reflexos na formação política e cultural de adolescentes, com ênfase no ciclo eleitoral de 2018 e no período do governo Jair Bolsonaro (posse em 01/01/2019; término em 01/01/2023). Trata-se de pesquisa bibliográfica que reúne debates teórico-conceituais e estudos empíricos sobre conservadorismo, juventude e socialização política. A investigação busca delimitar as características do conservadorismo contemporâneo e identificar modos de articulação entre família, religião, mídia e ambiente escolar que impactam valores, percepções e práticas políticas entre adolescentes. A análise concentra-se na circulação de narrativas conservadoras em espaços institucionais e digitais, discutindo suas implicações para a formação da cidadania juvenil e os desafios para uma educação crítica. Como contribuição, o estudo sistematiza conhecimentos sobre processos de construção identitária e aponta caminhos para intervenções pedagógicas e pesquisas futuras.

Palavras-chave: conservadorismo; juventude; formação política; mídia; educação.

ABSTRACT

This study examines the rise of conservatism in Brazil and its effects on the political and cultural formation of adolescents, focusing on the 2018 electoral cycle and the government of Jair Bolsonaro (inauguration on 01/01/2019; end on 01/01/2023). Based on bibliographic research, the work combines theoretical frameworks and empirical studies on conservatism, youth, and political socialization. It aims to outline the features of contemporary conservatism and to identify how family, religion, media, and school settings interact to shape adolescents' values, perceptions, and political behavior. The analysis emphasizes the dissemination of conservative narratives across institutional and digital spheres and reflects on the implications for youth citizenship and the challenges for critical education. The study contributes by synthesizing existing literature on identity construction processes and by suggesting directions for pedagogical interventions and further research.

Keywords: conservatism; youth; political formation; media; education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. O CONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL (2018-2023)	12
1.1. Definição e diferenciação	12
1.2. A emergência do neoconservadorismo e a centralidade da pauta de costumes (moral, família, sexualidade)	13
1.3. O Ciclo Eleitoral de 2018 e a Plataforma Político-Ideológica	17
2. VETORES DE ARTICULAÇÃO E INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO NA JUVENTUDE	19
2.1 Família e transmissão de Valores	19
2.2 Religião e Moralidade Pública	23
2.3 Mídia, Redes Sociais e a Espiral da Desinformação	26
2.3.1 A comunidade incel e a radicalização masculina juvenil	27
2.3.2 O fenômeno dos “coachs mirins” e a pedagogia neoliberal da juventude	29
3. REFLEXOS NA ESCOLA, CIDADANIA E FORMAÇÃO JUVENIL	31
3.1 A escola como campo de batalha cultural	31
3.2 Influência na Formação Política e Engajamento Juvenil	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

A ascensão do conservadorismo no Brasil, consolidada com particular vigor no marco temporal de 2018 a 2023, não deve ser lida como um fenômeno episódico ou meramente eleitoral, mas como um processo histórico-político de longa radicalização que culminou em um projeto societário abrangente. Este movimento configura-se como uma disputa de hegemonia, nos termos gramscianos, que transcende a ocupação de cargos estatais para operar na base da sociedade civil.

Nessa engrenagem de reprodução social, a adolescência emerge como o território estratégico da disputa. Por ser uma etapa de intensa plasticidade na formação identitária e de experimentação subjetiva, os jovens tornam-se o alvo prioritário de um projeto que visa moldar as formas de interpretar a realidade e os modos de pertencimento, capturando suas vulnerabilidades socioculturais para sedimentar uma visão de mundo conservadora como a única moldura possível para a vida em coletividade.

Diante do exposto, a pergunta norteadora da pesquisa é: de que maneira o crescimento do conservadorismo no Brasil, em especial no contexto do processo eleitoral de 2018 e do governo Jair Bolsonaro (2019-2023), tem afetado a formação política e cultural de adolescentes?

A escolha do recorte temporal que considera o ciclo iniciado com as eleições de 2018 e o período de governo referido justifica-se pela intensidade das disputas políticas e simbólicas que marcaram esse intervalo. Esse período foi caracterizado por uma onda conservadora global, acompanhada da ascensão de lideranças populistas de extrema-direita e da difusão massiva de narrativas antidemocráticas, fenômeno identificado por Wendy Brown (2019) como um processo de reconfiguração neoliberal que se ancora em valores moralistas e autoritários.

No Brasil, essas tendências se expressaram de modo particular a partir de 2018, quando a eleição de Jair Bolsonaro consolidou o enraizamento de discursos ultraconservadores na esfera pública e digital (Singer, 2020). As dinâmicas públicas observadas nesse contexto, incluindo a circulação ampliada de narrativas conservadoras em espaços institucionais e nas redes sociais, configuram um ambiente particularmente propício para analisar como tais discursos atravessam processos de socialização juvenil. Investigar essas dinâmicas contribui para a compreensão dos desafios postos à formação cidadã e para a proposição de respostas pedagógicas e políticas que promovam a reflexão crítica entre adolescentes.

A metodologia empregada nesta pesquisa se ancora em uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental, bibliográfica e midiática. A escolha

por esse caminho metodológico decorre do próprio objeto de estudo: os impactos subjetivos e sociopolíticos do avanço conservador na adolescência não podem ser mensurados exclusivamente por dados numéricos, exigindo uma leitura interpretativa que considere discursos, narrativas, conjunturas e disputas simbólicas.

O trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, ancorada na análise crítica de material já elaborado, como livros, artigos científicos e documentos oficiais, conforme os preceitos de Eva Maria Lakatos e Marina Marconi (2017). A abordagem é qualitativa, visando a interpretação aprofundada dos marcos conceituais e das contradições sociais que permeiam o tema. A seleção bibliográfica privilegia obras teórico-conceituais e estudos empíricos publicados em periódicos e editoras reconhecidas, com atenção especial à produção que discute o período compreendido entre 2018 e 2023 e aos impactos observáveis na contemporaneidade. O objetivo não é quantificar o fenômeno, mas compreendê-lo em sua complexidade, trazendo interpretações fundamentadas e articulando autores das ciências sociais, do Serviço Social e estudos sobre juventude, mídia e política.

A bibliografia utilizada foi selecionada com base em critérios de relevância teórica, consistência acadêmica e diálogo direto com os eixos centrais da pesquisa: conservadorismo, moralidades, produção de subjetividades, adolescência, políticas públicas e disputas culturais. Assim, priorizaram-se:

- Autores contemporâneos (2015–2023);
- Pesquisas consolidadas nas Ciências Sociais e no Serviço Social
- Obras que analisam especificamente o período de 2018–2023 no Brasil;
- Produções que discutem adolescência sob perspectivas críticas.

Entre os autores fundamentais estão Ronaldo de Almeida, Richard Miskolci, Maria Lúcia da Silva Barroco, Reginaldo Prandi, Paul Singer, entre outros que discutem religião, internet, pânicos morais e política.

Como parte do corpus documental, foram incorporadas notícias jornalísticas que ilustram situações reais de tensões morais em escolas, instituições públicas e redes sociais. Os critérios de seleção incluíram:

- Acontecimentos entre 2018 e 2023;
- Relevância nacional;
- Impacto direto sobre juventude, educação, gênero e moralidades;
- Ampla repercussão pública.

Essas notícias foram tratadas não apenas como fatos, mas como indicadores socioculturais, permitindo relacionar a teoria com a vivência concreta dos adolescentes.

A análise ocorreu por meio de leitura crítica, comparação de argumentos, identificação de categorias e construção de interpretações cruzadas entre:

- Discursos políticos;
- Efeitos culturais;
- Subjetividades juvenis;
- Práticas institucionais.

Esse processo buscou ir além da descrição, enfatizando as contradições envolvidas no avanço conservador e seus desdobramentos para a juventude.

Como toda pesquisa qualitativa, este trabalho não pretende representar a totalidade dos adolescentes brasileiros. Suas conclusões se referem às tendências identificadas nas produções acadêmicas, nos discursos públicos e nas manifestações midiáticas do período estudado. Ainda assim, oferece contribuições relevantes para o entendimento crítico da conjuntura e para a atuação profissional em políticas públicas.

A partir da pergunta norteadora, o presente trabalho propõe os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL:

- Analisar como o avanço do conservadorismo no Brasil, com ênfase no ciclo eleitoral de 2018 e no governo Jair Bolsonaro (2019–2023), tem influenciado a formação política e cultural dos adolescentes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Delimitar as principais características do conservadorismo contemporâneo no Brasil;
- Identificar as formas de articulação entre religião, mídia e família que impactam adolescentes;
- Discutir as implicações desse processo para o ambiente escolar e para a formação da cidadania juvenil.

O trabalho organiza-se em três capítulos principais interligados, desenhando uma linha de raciocínio que parte da delimitação teórica, avança para a análise dos mecanismos de influência e culmina na discussão dos impactos práticos na vida dos adolescentes:

O **Capítulo 1**, estabelece a base teórica da pesquisa. Este capítulo se dedica a diferenciar o conservadorismo clássico, de tradição burkeana, do neoconservadorismo que se manifestou no período estudado, caracterizando-o como um movimento que une o neoliberalismo com a pauta de costumes. A seção central do capítulo analisa o bolsonarismo como a expressão política desse

neoconservadorismo, enfatizando a instrumentalização da moralidade e da religião para a deslegitimação de pautas progressistas. No **Capítulo 2**, investiga os principais canais de disseminação ideológica. Este capítulo é dividido em cinco seções que exploram o papel da família como esfera de reprodução simbólica (Bourdieu, 1999), a atuação da religião enquanto tecnologia de governo e controle moral (Foucault, 1975), e, por fim, a centralidade das mídias e redes sociais na disseminação da desinformação e na produção de pânico moral (Cesarino, 2020; Miskolci, 2017), fatores que fragilizam o debate racional entre os adolescentes. Já no **Capítulo 3**, irá articular as conclusões dos capítulos anteriores com o campo da intervenção social e da cultura. O foco é a discussão dos ataques à educação crítica, com especial atenção ao movimento Escola Sem Partido, e suas consequências para o debate sobre gênero, raça e sexualidade. O capítulo finaliza analisando os reflexos desse ambiente de polarização na formação identitária dos adolescentes, discutindo os efeitos de apatia *versus* radicalização e as implicações culturais impostas às identidades juvenis não-normativas.

Por fim, nas Considerações Finais, o trabalho retoma a pergunta norteadora e os objetivos específicos, apresentando uma síntese dos principais achados e propondo reflexões sobre as implicações ético-políticas do neoconservadorismo para o Serviço Social, além de sugerir caminhos para futuras pesquisas na área.

1. O CONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL (2018-2023)

1.1. DEFINIÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

A compreensão do fenômeno contemporâneo exige uma distinção analítica entre o conservadorismo clássico e a reconfiguração reacionária da última década. Longe de ser apenas uma postura filosófica de cautela diante de mudanças, o conservadorismo no Brasil opera como um projeto societário de preservação de privilégios das elites econômicas e raciais. Historicamente, fundamenta-se na crença de uma imperfeição humana intrínseca para justificar a imutabilidade das hierarquias sociais, mobilizando o medo e o ceticismo em relação a projetos de emancipação coletiva.

Essa força política não busca apenas o equilíbrio, mas a salvaguarda da ordem estabelecida, que no Brasil é indissociável da herança colonial e escravocrata. Esse "equilíbrio" serve primordialmente à burguesia nacional e ao capital transnacional, protegendo a propriedade privada e a livre iniciativa ao custo da marginalização das classes subalternas. Assim, as tradições defendidas não são neutras, são formas de conhecimento social que cristalizam a hegemonia branca, masculina e proprietária.

No cenário brasileiro, o conservadorismo não é apenas um guardião de instituições da dominação do poder, mas um dispositivo que naturaliza a desigualdade por meio do racismo estrutural, do patriarcado e da heteronormatividade. Gildo Marçal Brandão (2005) nos permite compreender que a valorização do Estado centralizador e da hierarquia serviu para manter o controle social sobre corpos negros e dissidentes. Como observa Ronaldo de Almeida (2019), o racismo funciona como uma estrutura de organização social que assegura a manutenção de lugares de poder para a branquitude, enquanto a intolerância religiosa, destacada por Prandi (2008), atua como ferramenta de demonização das matrizes africanas, visando apagar subjetividades que desafiam a moral cristã hegemônica.

Neste projeto, a dimensão de classe é camuflada por discursos moralizantes. A defesa da "família tradicional" não é apenas uma escolha ética, mas uma estratégia para manter a reprodução social sob a lógica do heteropatriarcado, garantindo a herança patrimonial e o controle sobre o corpo feminino. Miskolci (2021) demonstra que a produção de "pânicos morais", como as *fake news* da "ideologia de gênero", serve como cortina de fumaça para aprofundar a exploração econômica, distraindo as classes trabalhadoras das perdas de direitos materiais através de uma guerra simbólica.

A partir de 2010, emerge um novo arranjo ideológico: o neoconservadorismo. Este movimento promove uma simbiose entre o liberalismo econômico radical e o autoritarismo moral. Segundo Maria Lúcia da Silva Barroco (2015; 2022), as igrejas

neopentecostais tornam-se agências de socialização política que articulam a "teologia da prosperidade" (individualismo de mercado) com uma moralidade punitivista. O objetivo é claro: desmobilizar a consciência de classe e substituir a solidariedade social pela competição e submissão à autoridade.

Maria das Dores Campos Machado (2015) aponta que a atuação de parlamentares religiosos legitima a exclusão de minorias, resgatando a função durkheimiana da moralidade como mecanismo de coerção social. Contudo, essa "coesão" serve para naturalizar as desigualdades de classe, apresentando a pobreza como falha moral individual e a riqueza como benção ou mérito.

O ápice desse processo é o bolsonarismo, uma expressão de extrema-direita que assume traços neofascistas. Conforme Stanley (2019), Eco (2018) e Paxton (2007), o bolsonarismo utiliza a retórica do inimigo interno e o anti-intelectualismo para consolidar um poder autoritário. Diferente do conservadorismo tradicional, ele é destrutivo e antissistêmico, utilizando a "guerra cultural" para viabilizar as contrarreformas neoliberais (privatizações, precarização do trabalho e erosão de direitos sociais). O neoconservadorismo funciona, portanto, como a ponte ideológica que permite à juventude e às classes populares aceitarem a supressão do seu próprio futuro econômico em troca da promessa de restauração de uma ordem moral mítica e nacionalista (Soares, 2020).

1.2. **A emergência do neoconservadorismo e a centralidade da pauta de costumes (moral, família, sexualidade)**

O neoconservadorismo contemporâneo no Brasil não se resume a um apego nostálgico ao passado, ele se constitui como uma ofensiva política deliberada que instrumentaliza a pauta de costumes como eixo de mobilização e disciplina social. Ao articular o discurso do "retorno aos valores tradicionais", este movimento opera uma disputa de hegemonia que visa reconfigurar o senso comum, deslocando o debate público de questões distributivas e direitos sociais para o campo da moralidade privada.

Nesse cenário, a família heteronormativa deixa de ser apenas uma unidade afetiva para se tornar uma tecnologia de controle social. Ela é erigida como o núcleo doutrinário central porque permite ao Estado e ao capital delegar responsabilidades e disciplinar corpos. A defesa da "família tradicional" e o combate à chamada "ideologia de gênero" não são apenas pautas religiosas, mas estratégias biopolíticas para garantir a reprodução de uma ordem social hierárquica e patriarcal (Miskolci, 2017; Almeida, 2017).

A funcionalidade política da "família" no projeto neoconservador está intrinsecamente ligada à agenda do Estado Mínimo. Ao afirmar que a família é a "célula mater" responsável pelo bem-estar de seus membros, o projeto neoliberal promove uma privatização da proteção social. A lógica é estratégica, se a família é apresentada como a única provedora de cuidado (educação, saúde dos idosos, amparo aos desempregados), o Estado exime-se de sua função de garantidor de direitos fundamentais e a conexão com o Neoliberalismo, a "moralidade cristã"

oferece a base ética para o desmonte do Estado-providência. Enquanto o neoliberalismo retira o suporte material, o neoconservadorismo oferece o suporte moral e disciplinar, naturalizando a precariedade como uma questão de "responsabilidade individual" ou "falta de fé".

A influência da religião é um aspecto crucial do neoconservadorismo, ela desempenha um papel significativo na formação da moralidade e da visão de mundo das pessoas. Por exemplo, a oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo é frequentemente justificada por argumentos religiosos. Com base nisso, podemos afirmar que a influência da religião é um fator importante na definição da pauta de costumes neoconservadores.

Um elemento central no fortalecimento do neoconservadorismo no Brasil é a convergência entre evangélicos/neopentecostais e lideranças políticas conservadoras. Esse vínculo teve papel decisivo na eleição de 2018 de Bolsonaro. Estimativas apontam que, entre os evangélicos, cerca de 70% votaram em Bolsonaro no segundo turno de 2018, esse grupo religioso deixou de ser marginal eleitoral para se consolidar como base estruturante da nova direita. Segundo levantamento feito em 2022 por uma agência de pesquisas, o eleitorado evangélico representava aproximadamente 32% da população brasileira, um contingente que confere enorme peso num pleito nacional.

Mesmo após o final do seu mandato, Bolsonaro manteve significativa popularidade entre evangélicos: em agosto de 2022, 52% desse segmento declararam intenção de voto no ex-presidente, contra 31% de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Esse dado evidencia como a pauta de costumes, moral cristã, defesa da "família tradicional", oposição a direitos de minorias, funcionou e continua funcionando como vetor eleitoral e político de consolidação de poder. A aliança entre as igrejas neopentecostais e a elite política se torna estratégica para a reprodução de valores conservadores.

A oposição à liberação sexual é um aspecto do neoconservadorismo. Por exemplo, a oposição à legalização do aborto é frequentemente justificada por argumentos morais e religiosos. Como afirmou a antropóloga brasileira, Laura Moutinho, "a liberdade sexual é um direito humano fundamental", mas é frequentemente reprimida pelo neoconservadorismo. Com base nisso, podemos afirmar que a oposição à liberação sexual é um fator importante na definição da pauta de costumes do neoconservadorismo.

Uma das funções mais eficazes desta pauta é a fetichização da moralidade, que atua como uma cortina ideológica. Problemas estruturais, como o desemprego, a concentração de renda e a precarização do trabalho, são sistematicamente deslocados para o campo do comportamento individual e da ética privada.

Em vez de debater a falência das políticas públicas, a sociedade é instada a combater "inimigos internos" (feministas, população LGBTQIA+, intelectuais). Essa

guerra cultural produz pânicos morais que servem para coesionar as classes populares em torno de uma agenda que, no limite, retira seus próprios direitos materiais. O projeto "Escola Sem Partido" e a militarização de escolas são exemplos de como essa moralidade é convertida em projeto de Estado, visando anular o pensamento crítico e a diversidade, que são vistos como ameaças à docilidade produtiva exigida pelo mercado.

Essa pauta moral, embora apresentada como defesa da esfera privada, transcende para a esfera pública, convertendo-se em instrumento de intervenção no Estado e na sociedade civil. A educação e a cultura passam a ser denunciadas como "contaminadas" por ideias de esquerda ou supostamente "subversivas", o que levou à articulação de um "projeto reacionário de educação" (Apple, 2017). Esse projeto se expressou em iniciativas como a promoção da disciplina de Educação Moral e Cívica, a defesa do ensino religioso nas escolas públicas e o endosso ao movimento Escola Sem Partido (ESP).

Mas a aposta não se limita ao discurso eleitoral, a ascensão de Bolsonaro ao poder institucionalizou parte dessa agenda, por meio de políticas e propostas que restringem direitos sociais e reforçam controle moral, especialmente no campo da educação. Por exemplo: durante seu governo foram promovidas iniciativas como a expansão das chamadas "escolas cívico-militares", modelo que buscava "desideologizar" a educação, com forte influência militar e controle institucional, e que, na prática, representou tentativa de retirar temáticas de gênero, diversidade e críticas sociais do currículo escolar.

Ademais, a ofensiva conservadora permeou, ou tentou permear, a institucionalização de propostas como o Escola Sem Partido (ESP), instrumento simbólico e político para limitar discussões de gênero, sexualidade, diversidade e inclusão nas escolas. Isso demonstra como a moralidade religiosa foi convertida em projeto de Estado.

No entanto, dados de opinião pública indicam um contraste entre a agenda conservadora institucional e a percepção da população sobre educação e direitos. Uma pesquisa de 2022 aponta que 91% dos brasileiros consideram que a educação sexual nas escolas ajuda crianças e adolescentes a se protegerem de abusos sexuais, ou seja, existe apoio popular para pautas de direitos e sexualidade. Esse contraste evidencia que o neoconservadorismo não se baseia apenas em consensos sociais amplos, mas em alianças estratégicas com grupos religiosos, elites sociais e atores políticos que buscam moldar o Estado e as instituições conforme seus valores.

O ESP, em particular, desempenhou papel estratégico na chamada guerra cultural ao buscar criminalizar o debate sobre diversidade, gênero, sexualidade e políticas de inclusão em sala de aula. A ofensiva se caracterizou por forte agressividade, incluindo campanhas virtuais que expunham e coagiam professores e estudantes, utilizando linguagem depreciativa e desumanizadora, chamando-os de "fantoques" e "macacos de circo" (Penna; Silva Junior, 2017).

A convergência entre lideranças neopentecostais, a elite política bolsonarista e o capital financeiro consolidou o que Maria Lúcia da Silva Barroco (2022) define como uma síntese reacionária. As igrejas neopentecostais atuam como as principais agências de socialização política, transformando o púlpito em espaço de legitimação da austeridade econômica.

A popularidade de figuras autoritárias entre os evangélicos não é meramente acidental, ela é fruto de uma pedagogia que associa a "prosperidade" ao mérito individual e a "ordem" à repressão de grupos minoritários. A moralidade religiosa, portanto, é a ferramenta que torna palatável uma agenda econômica de exclusão. A defesa da "lei e ordem" e o punitivismo social criam o ambiente simbólico necessário para a criminalização da pobreza e a aceitação das desigualdades como algo natural e imutável.

A centralidade da moralidade e do autoritarismo cumpre também uma função econômica e política. O moralismo neoconservador, ao articular-se com o neoliberalismo, reforça a ofensiva contra direitos sociais conquistados, como aqueles previstos no Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013). Nesse sentido, contribui para naturalizar a exclusão social, legitimar agendas punitivistas e antidemocráticas e sustentar a implementação de medidas de ajuste estrutural e de financeirização da economia (Soares, 2020; Barroco, 2015; 2022).

O neoconservadorismo é um tema complexo que abrange uma pauta de costumes que inclui moral, família e sexualidade. Repassando os aspectos discutidos, podemos concluir que a influência da religião, a defesa da família tradicional e a oposição à liberação sexual são fatores que definem a pauta de costumes do neoconservadorismo. Nos dias de hoje, esses aspectos continuam a influenciar a política e a sociedade, muitas vezes de maneira conservadora e limitante. Concluindo, o neoconservadorismo e sua pauta de costumes continuam a ser temas relevantes e controversos na sociedade contemporânea.

Outro aspecto essencial é a intersecção entre moralismo conservador e neoliberalismo. O neoconservadorismo não se limita a defender "valores tradicionais", ele se conecta com políticas que fragilizam o Estado-bem-estar, reduzem direitos sociais e naturalizam desigualdades como algo incontornável. Nesse sentido, o discurso moral serve como cortina ideológica para reformas que atacam direitos sociais, programas de assistência, proteção a grupos vulnerabilizados, ou garantias de justiça social. A defesa da "lei e ordem", do moralismo, da disciplina, da "família tradicional" cria ambiente simbólico favorável a políticas excludentes, punitivistas e antidemocráticas, o que reforça a vulnerabilidade de populações marginalizadas.

Isso representa um retrocesso direto: o fortalecimento de pautas conservadoras e de uma legislação que penaliza direitos sociais torna o trabalho do/a assistente social ainda mais urgente e mais desafiador. A defesa da pluralidade, da equidade de gênero, da diversidade sexual, dos direitos reprodutivos e da justiça social ganha caráter de luta política.

A propagação do neoconservadorismo também se dá fora do espaço institucional, especialmente nas redes sociais, igrejas e meios informais. Segundo analistas, o apoio religioso a Bolsonaro não foi apenas estrutural, mas mobilizado através de discursos morais, medo da “ideologia de gênero”, da “doutrinação marxista” e de campanhas de desinformação, incluindo fake news. Essa “guerra cultural” objetiva deslegitimar pautas de direitos humanos, diversidade, educação sexual, gênero e igualdade, tratando-as como ameaças morais, familiares, tradicionais. A íntima relação entre religião, política e mídia contribuiu para moldar grande parte da base conservadora brasileira, com forte potencial de mobilização.

Apesar da força mobilizadora do neoconservadorismo, nem tudo se mantém estático. Há indícios de fragmentação da base eleitoral conservadora, mesmo entre evangélicos. Por exemplo, pesquisas mais recentes apontam que uma parcela significativa desse segmento já não apoia plenamente Bolsonaro como antes, atores como crise econômica, falhas em políticas públicas, desgaste institucional e desilusões pós-governo reduzem a coesão do bloco.

Além disso, o apoio público à educação sexual nas escolas, à diversidade, ao debate sobre gênero e políticas de inclusão, embora atacados politicamente, continua sendo majoritário entre a população, o que demonstra um descompasso entre a agenda conservadora institucional e as demandas sociais.

Embora essa ofensiva tenha institucionalizado o retrocesso, através de iniciativas como o Escola Sem Partido e a expansão de escolas cívico-militares, os dados de opinião pública revelam fissuras no bloco hegemônico. O apoio majoritário da população à educação sexual como forma de proteção infantil indica que o consenso conservador é, muitas vezes, fruto de desinformação estratégica (*fake news*) e não de uma adesão plena aos valores ultraconservadores.

Para o Serviço Social, esse cenário representa um desafio ético-político central. O fortalecimento de legislações que penalizam direitos sociais exige que a prática profissional se reafirme como uma luta contra a maré do moralismo. Defender a pluralidade e a justiça social torna-se, fundamentalmente, uma tarefa de desmascarar o projeto de classe que se esconde sob o manto da "defesa da família", reafirmando que a verdadeira emancipação humana exige o fim das opressões que sustentam a exploração neoliberal.

1.3. O Ciclo Eleitoral de 2018 e a Plataforma Político-Ideológica

A materialização do neoconservadorismo no poder executivo brasileiro é indissociável do ciclo eleitoral de 2018, marcado pela intensa polarização política e pelo uso inédito das redes sociais digitais como vetores de mobilização. Plataformas como WhatsApp, Facebook e Twitter consolidaram-se como meios privilegiados para a formação de opinião e a organização política, permitindo uma comunicação direta e desintermediada entre lideranças e eleitores (Cesarino, 2020). Mais do que simples canais de informação, essas plataformas se tornaram instrumentos

estratégicos para a disseminação de desinformação, teorias conspiratórias e conteúdos de ódio, que reforçaram clivagens sociais e emocionais.

Mais do que simples meios de comunicação, esses aplicativos se transformaram em dispositivos de mobilização afetiva, moralização do debate público e disseminação de desinformação, conforme aponta Letícia Cesarino (2020). Durante a campanha, milhões de mensagens circularam diariamente por grupos de WhatsApp, muitas delas baseadas em fake news que associavam adversários políticos à corrupção, ao “marxismo cultural”, à pedofilia ou a projetos imaginários de destruição da família. Reportagens publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo em outubro de 2018 revelaram que empresas privadas financiaram disparos em massa ilegais contra o PT, produzindo um ambiente digital saturado por conteúdos fabricados para gerar medo, repulsa moral e sensação de ameaça. Esse uso das redes estruturou um tipo de política emocionalizada que reduzia o debate público a uma guerra simbólica entre “cidadãos de bem” e supostas “forças do mal”, reforçando antagonismos sociais e identitários que extrapolavam o campo propriamente político.

Nesse contexto, a retórica conservadora ganhou força ao mobilizar narrativas simplificadas, emocionais e moralistas, estruturadas em torno de uma dicotomia simbólica: de um lado, os “cidadãos de bem” e a “família tradicional”; de outro, as “forças do mal”, a corrupção política e a “degeneração moral”. Tal polarização não se limitou à disputa ideológica esquerda-direita, mas assumiu caráter cultural e moral, sustentando a guerra cultural que marcaria o governo subsequente (Miguel, 2019).

A campanha de Bolsonaro baseou-se na promessa de restaurar a “ordem” e os “valores tradicionais”, apresentando-se como defensor da família e da moral cristã. Em diversos comícios e transmissões ao vivo, o então candidato afirmava que iria “varrer do Brasil o lixo da ideologia de gênero”, linguagem que não apenas reforçava o pânico moral, mas também construía grupos minoritários como inimigos internos a serem combatidos. Esse tipo de discurso, registrado por jornais como *O Globo* e *Estadão*, serviu para consolidar uma base eleitoral fiel, principalmente entre setores religiosos e conservadores, que passaram a enxergar na figura de Bolsonaro uma espécie de guardião da moralidade nacional.

O bolsonarismo também se articulou à chamada “nova direita”, formada por think tanks neoliberais, influenciadores digitais, grupos religiosos conservadores, movimentos de juventude e instituições empresariais que defendiam tanto pautas morais restritivas quanto reformas econômicas de perfil ultraliberal. Desse encontro emergiu um arranjo político composto por três elementos centrais: a defesa intransigente do neoliberalismo econômico; a mobilização moral-religiosa em torno da família e da sexualidade; e a adesão a uma retórica autoritária e antissistêmica. Como aponta Stanley (2019), esse tipo de estrutura é característico de movimentos neofascistas, especialmente pelo uso constante da lógica “nós contra eles”, que transforma críticos, professores universitários, jornalistas, artistas, movimentos sociais e minorias em ameaças à nação.

Dessa forma, o ciclo eleitoral de 2018 ultrapassou os limites de uma disputa eleitoral tradicional. Ele funcionou como plataforma de lançamento de um projeto ideológico que combina neoliberalismo, moralismo conservador e práticas autoritárias. Tal projeto reorganizou profundamente o debate público no Brasil e deslocou o centro da política para a guerra cultural, legitimando a polarização, o confronto e a erosão de direitos sociais e democráticos. Como afirmam Maria Lúcia da Silva Barroco (2022) e Soares (2020), a ascensão do bolsonarismo produziu uma governança orientada pelo ataque constante a instituições democráticas, pela criminalização de movimentos sociais e pela tentativa de impor uma visão de mundo disciplinadora, homogênea e moralmente hierarquizada.

Em suma, o ciclo eleitoral de 2018 não inaugurou apenas um novo governo, mas um novo regime discursivo que redesenhou a esfera pública brasileira. Ele consolidou a articulação entre neoliberalismo e neoconservadorismo moral, elevou o antagonismo cultural à condição de motor da política e instituiu um modelo de governança sustentado na produção permanente de inimigos internos. Com isso, abriu caminho para o avanço de práticas autoritárias e para a intensificação de discursos que ameaçam diretamente a diversidade, os direitos sociais e a democracia.

2. VETORES DE ARTICULAÇÃO E INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO NA JUVENTUDE

2.1 Família e transmissão de Valores

A família, tradicionalmente compreendida como o locus primário de socialização e segurança, transmutou-se, no cenário brasileiro recente (2018-2023), em um dos mais potentes dispositivos de reprodução ideológica e controle biopolítico. Sob a ofensiva neoconservadora, a função protetiva da família foi capturada por um projeto político que a converteu em um "bunker" moral contra a alteridade. Este movimento não é apenas uma reação cultural, mas uma estratégia de hegemonia que utiliza a "família tradicional", heteronormativa, cristã e hierarquizada, como um fetiche para mascarar a manutenção de privilégios de classe, raça e gênero (Barroco, 2022; lamamoto, 2019).

Esse ideal familiar não é uma entidade neutra, tampouco natural. Ele se insere em um projeto político e moral que reage às transformações culturais, de gênero e de comportamento observadas desde os anos 1990. Ao reivindicar o retorno à "família natural", o conservadorismo contemporâneo busca restaurar papéis rigidamente definidos de masculinidade e feminilidade, em que o homem ocupa a posição de provedor e autoridade moral enquanto a mulher é associada ao cuidado, à maternidade e à manutenção da ordem doméstica (Sarti, 2004; Paiva, 2015). Esse imaginário foi amplamente reforçado por discursos oficiais durante o

governo Bolsonaro, que invocavam a “defesa da família” como escudo contra o que chamavam de “ideologia de gênero” ou “corrupção moral das crianças”.

A principal contradição deste período reside na subversão do conceito de proteção. No projeto neoconservador, o "cuidado" é ressignificado como vigilância moral. A família deixa de ser o espaço do acolhimento da diferença para se tornar uma instância de disciplinamento e normalização. O Dispositivo do medo que, através da disseminação de pânico morais (como a "ideologia de gênero"), o Estado e lideranças religiosas instigam pais a verem a escola e o espaço público como ameaças e o efeito político que temos, é esse isolamento que privatiza a ética e despolitiza a vida social. Ao transferir a responsabilidade exclusiva da formação moral para a família, o projeto neoconservador desonera o Estado de promover políticas de diversidade e direitos humanos, fortalecendo a lógica do Estado Mínimo para o social e Máximo para o controle moral.

Durante o governo Bolsonaro, essa retórica foi amplamente institucionalizada. A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, afirmou em seu discurso de posse: *“Menino veste azul e menina veste rosa”*, frase que se tornou símbolo da ofensiva anti-gênero e de um projeto explícito de reorganização moral (G1, 2019). Essa moralização intensiva produz impactos profundos na subjetividade juvenil. O *habitus* conservador, ao exigir uma adesão incondicional a papéis rígidos (o "azul" e o "rosa" simbólicos de Damare Alves), gera o que a psicologia social e o Serviço Social identificam como sofrimento ético-político. Em diversas ocasiões, Bolsonaro reforçou que “a família é a base da pátria” e que seria necessário “defender as crianças da ideologia de gênero”, justificando políticas de censura, vigilância moral e controle dos currículos escolares. Esse discurso estatal funcionou como mecanismo de legitimação para práticas familiares conservadoras que já circulavam socialmente, fortalecendo a ideia de que proteger a família seria sinônimo de combater a diversidade, o feminismo e os direitos LGBTQIA +.

Nesse ambiente, a família assume uma função moralizadora intensa, tornando-se o primeiro filtro de valores, informações e orientações ideológicas, essa moralização transforma a função protetiva da família em um dispositivo ambíguo, no qual o cuidado se confunde com vigilância e o afeto com controle, produzindo sofrimento psíquico, silenciamento identitário e rupturas nos vínculos familiares. Para o adolescente que não se enquadra na matriz heterocisnormativa ou que desenvolve consciência crítica divergente, a casa deixa de ser um porto seguro e torna-se um espaço de violência simbólica e silenciamento. A exigência de lealdade a um modelo arcaico da "honra familiar" produz quadros de depressão, ansiedade e ruptura de vínculos, pois o pertencimento é condicionado à negação da própria identidade. O cuidado, quando mediado pelo controle e pelo medo, converte-se em opressão doméstica, legitimada pelo discurso estatal de "defesa da família".

Pais e responsáveis, influenciados pelo discurso neoconservador e pela circulação de fake news, passaram a exercer maior controle sobre o conteúdo escolar e midiático consumido pelos filhos. A pesquisa Datafolha de 2019, por exemplo, identificou que boa parte das famílias, expostas a campanhas

desinformativas, acreditava que escolas ensinavam “ideologia de gênero” ou promoviam “sexualização precoce”. Esse fenômeno não corresponde à realidade educacional, mas evidencia a eficácia da máquina de desinformação que moldou percepções parentais entre 2018 e 2022.

Esse movimento de vigilância moral opera como forma de reprodução simbólica: trata-se da transmissão naturalizada de hierarquias sociais, estruturas de poder e disposições morais internalizadas desde a infância (Bourdieu, 1999). Ao rejeitar conteúdos de direitos humanos e crítica social, a família conservadora obstaculiza o acesso do jovem ao capital cultural necessário para a compreensão das opressões de classe. Nas classes populares, essa dinâmica é ainda mais perversa, pois a precarização material é compensada por um rigorismo moral que naturaliza a exclusão e a submissão, impedindo que o jovem se reconheça como sujeito de direitos e agente de transformação. Assim, práticas cotidianas como monitorar amizades, vigiar redes sociais, censurar debates escolares e impor padrões de comportamento, passam a ser interpretadas como expressões de cuidado familiar, mas na verdade operam como mecanismos de controle social sobre os jovens.

Para adolescentes que vivenciam experiências de gênero, sexualidade ou posicionamentos políticos divergentes do modelo familiar dominante, esse ambiente pode se tornar extremamente hostil. Pesquisas realizadas por institutos como o Grupo de Estudos de Gênero da UFMG (2021) apontam que jovens LGBTQIA+ relatam a família como o principal espaço de violência psicológica e moral, motivada por discursos anti-gênero reforçados pelo ambiente político nacional. Esse clima produz pressões por conformidade, silenciamento de identidades, autocensura e medo de punições. A moral única imposta pela família conservadora, legitimada pelo discurso estatal e por lideranças religiosas, transforma a convivência doméstica em um espaço de disciplinamento, onde a adesão a valores conservadores é vista como critério de pertencimento e honra familiar (Sposito, 2018).

Além disso, a retórica bolsonarista de “transferir à família a responsabilidade pela formação moral das crianças” reforçou a ideia de que o Estado e a escola seriam agentes corruptores, contribuindo para que muitos pais rejeitassem conteúdos escolares sobre direitos humanos, diversidade, educação sexual e crítica social. Essa deslocamento do debate moral do espaço público para o privado, onde a família se torna a única instância legítima de formação ética, aprofunda desigualdades e fragiliza o desenvolvimento de consciência crítica entre jovens das classes populares, particularmente onde a socialização é atravessada por precarização material e simbólica (Iamamoto, 2019).

Esse cenário evidencia que a família, longe de ser apenas um espaço afetivo ou de proteção, torna-se um agente ativo na produção e reprodução do conservadorismo contemporâneo. Ela transmite desigualdades de gênero ao reforçar a hierarquia entre masculino e feminino; reproduz desigualdades de classe ao internalizar lógicas meritocráticas e individualistas; e reforça desigualdades geracionais ao restringir a autonomia juvenil. Assim, o neoconservadorismo não se

limita a uma ideologia política: ele se manifesta como um projeto cultural e moral que penetra o cotidiano familiar e molda a subjetividade juvenil.

Para o adolescente, isso pode gerar um ambiente de forte pressão por conformidade, especialmente para aqueles que vivenciam identidades de gênero, sexualidade ou visões políticas divergentes do modelo familiar dominante. A imposição de uma moral única, legitimada tanto por discursos religiosos quanto por políticas públicas, transforma a convivência familiar em um espaço de vigilância e disciplinamento, em que a adesão aos valores conservadores passa a ser interpretada como sinônimo de lealdade e pertencimento (Sposito, 2018).

Sob essa ótica, o papel da família deixa de ser apenas o de proteção e cuidado e passa a se articular com um projeto político maior de controle social, no qual a autoridade parental é instrumentalizada para reproduzir a hegemonia conservadora (Iamamoto, 2019; Barroco, 2022). Esse movimento se expressa na tentativa de deslocar o debate moral e cívico do espaço público para o espaço doméstico, reforçando a ideia de que a formação ética e cidadã deve ser tutelada pela família e não pelo Estado ou pela escola. Tal deslocamento, contudo, aprofunda desigualdades e limita o desenvolvimento de uma consciência crítica entre os jovens, especialmente nas classes populares, onde a socialização é mais vulnerável à precarização material e simbólica.

Dessa forma, a família, longe de ser apenas um espaço neutro de afeto, torna-se um agente ativo na propagação do conservadorismo, reproduzindo desigualdades de gênero, classe e geração. Essa dinâmica revela como o neoconservadorismo atua não apenas como ideologia política, mas como um projeto moral e cultural que penetra o cotidiano, moldando a subjetividade juvenil e suas possibilidades de resistência (Barroco, 2022; Iamamoto, 2019; Paiva, 2015).

O papel do Assistente Social ganha uma dimensão de resistência técnica e ética fundamental. O profissional é convocado a intervir em uma realidade onde as expressões da questão social são frequentemente "moralizadas" e tratadas como desvios de conduta familiar. Na prática profissional, o assistente social deve atuar na contramão dessa maré, desvelando as contradições que o discurso conservador oculta. É necessário transitar do atendimento punitivista/moralizador para uma prática que promova a autonomia e a liberdade, conforme previsto no Projeto Ético-Político da profissão.

Contra o deslocamento da moral para o espaço privado, o Serviço Social reafirma a escola e as instituições públicas como espaços de socialização democrática, onde a diversidade não é uma ameaça, mas um direito. Em suma, a família no neoconservadorismo funciona como uma correia de transmissão de desigualdades. Romper com essa lógica exige que o profissional não apenas "atenda famílias", mas que questione a função política que essa instituição está sendo obrigada a cumprir na atual fase do capitalismo periférico brasileiro.

2.2 Religião e Moralidade Pública

Entre 2019 e 2023, a religião no Brasil deixou de ser um fenômeno de foro íntimo para se consolidar como uma tecnologia de governamentalidade e um dos pilares de sustentação do projeto neoconservador. O que se observou foi o avanço de um poder pastoral, que nos termos de Michel Foucault (1982), transbordou dos templos para o cerne do Estado, operando um nítido rompimento da laicidade. Este processo não foi apenas uma expressão de fé, mas uma captura das subjetividades juvenis por meio de um biopoder que visa disciplinar corpos e condutas sob a égide de uma moral teocrática. Nesse período, as fronteiras entre fé, identidade e participação política foram profundamente embaralhadas, resultando em uma crescente moralização da vida pública e na expansão da influência das instituições religiosas como agentes centrais de governo.

Sob esse regime moral, a religião deixa de ocupar exclusivamente a esfera íntima e passa a influenciar diretamente políticas públicas, discursos institucionais e práticas de socialização familiar e comunitária. As igrejas, especialmente as neopentecostais, que possuem grande capilaridade entre jovens, se consolidam como agências de formação política e moral, definindo o que é considerado virtude, pecado, ameaça ou proteção social. Para grande parte dos adolescentes brasileiros, a igreja representa o espaço mais constante de pertencimento, sociabilidade e escuta, e, portanto, torna-se também o local privilegiado onde se constrói a visão de mundo sobre sexualidade, gênero, cidadania, política e direitos.

A afirmação de que "o Estado é laico, mas nós somos cristãos" não foi apenas uma retórica de palanque, foi o anúncio de um projeto de desmonte da neutralidade estatal. Ao permitir que dogmas religiosos balizassem a formulação de políticas públicas e a ocupação de cargos estratégicos, operou-se uma erosão do princípio constitucional da laicidade.

As lideranças religiosas, sobretudo dentro do neopentecostalismo, passaram a atuar como autoridades morais e agentes políticos simultaneamente. Pesquisas do CEAP/PUC-SP (2022) mostram que mais da metade dos jovens evangélicos afirmam que suas posições sobre aborto, direitos LGBTQIA+ e política partidária são diretamente influenciadas pelas igrejas que frequentam. Com isso, temas sociais complexos como gênero, sexualidade, diversidade cultural e direitos reprodutivos, são convertidos em marcadores de guerra espiritual, intensificando dicotomias como pureza/perversão, bem/mal e santidade/pecado. Autoras como Judith Butler (2017) e Maria Lúcia da Silva Barroco (2022) destacam que essa estrutura produz um ambiente de policiamento moral, que enquadra a pluralidade como ameaça e que legitima práticas de exclusão sob o discurso de proteção dos valores cristãos.

Esse enquadramento da fé-política não é espontâneo. Ele reflete um projeto político-organizativo amplamente articulado durante o governo Bolsonaro, que mobilizou lideranças religiosas como parte estratégica de sua base de sustentação. Notícias amplamente divulgadas pelo *Estadão* (2020) e pelo *G1* (2019–2022) revelam que encontros entre o governo e representantes de grandes igrejas eram

frequentes, especialmente para alinhar pautas de combate à “ideologia de gênero”, de controle das escolas e de criminalização de agendas progressistas. A chamada “bancada da Bíblia”, uma das maiores do Congresso, com mais de 100 parlamentares, desempenhou papel essencial na tradução desse moralismo em políticas públicas, defendendo projetos contra educação sexual, restringindo direitos reprodutivos e vetando debates sobre diversidade nas escolas.

A partir de 2019, essa influência se intensificou diante do alinhamento explícito entre setores religiosos e o governo federal. Lideranças evangélicas passaram a ocupar cargos estratégicos no Estado, replicando o discurso de que o Brasil estaria sob “guerra espiritual” contra forças que buscariam destruir a “família tradicional” e corromper a juventude. Frases públicas do então presidente Jair Bolsonaro, como “Deus acima de tudo” e “o Estado é laico, mas nós somos cristãos”, reforçaram uma noção de nacionalismo teológico que legitima a religião como fundamento das decisões políticas e morais do país.

Judith Butler (2017) ajuda a compreender esse processo ao afirmar que a moral religiosa conservadora opera por meio de enquadramentos normativos que delimitam quais vidas são reconhecíveis, dignas e inteligíveis. Assim, quando discursos religiosos classificam identidades LGBTQIA+ como pecado ou desvio, produzem efeitos materiais claros: aumento da violência moral, expulsão familiar, depressão juvenil e silenciamento. De acordo com a pesquisa do Grupo de Estudos de Gênero da UFMG (2021), 36% dos jovens LGBTQIA+ entrevistados relataram que o ambiente religioso foi o primeiro local onde sofreram discriminação.

Essa gramática moral produzida pelas igrejas se expressa na construção de identidades baseadas em oposições absolutas. Como analisado por Goffman (1988), discursos que classificam determinados grupos como “perigosos”, “impuros” ou “ameaçadores” reforçam processos de estigmatização e exclusão social. Jovens LGBTQIA+, feministas, adeptos de religiões de matriz africana ou simplesmente críticos ao conservadorismo passam a ser vistos como inimigos espirituais, não como sujeitos de direitos. Em 2021, por exemplo, uma investigação do *Fantástico* denunciou que pastores e influenciadores evangélicos transmitiam vídeos que associavam escolas públicas à “doutrinação sexual”, reforçando perseguições a professores e violências simbólicas contra estudantes.

Esse contexto produz sujeitos politicamente disciplinados, com menor abertura ao diálogo plural e maior predisposição a discursos autoritários. A pesquisa “Religião, Política e Juventude” (UFMG, 2022) apontou que jovens evangélicos conservadores são mais favoráveis a políticas punitivistas, como redução da maioria penal e aumento da repressão policial, e tendem a rejeitar temas relacionados a direitos humanos. Isso evidencia a forma como a religião opera diretamente na modelagem das percepções políticas da juventude, transformando a moralidade privada em instrumento de disputa pública.

A interseção entre religião e governança moral afeta diretamente a autonomia juvenil, restringindo horizontes democráticos e limitando a formação crítica. Ao

submeter jovens a um regime disciplinador, amparado na autoridade religiosa, na desinformação e na culpabilização moral, produz-se uma socialização que favorece a intolerância, o controle da sexualidade, o silenciamento da diversidade e a reprodução de violências simbólicas. Nesse quadro, a atuação profissional deve problematizar a naturalização desses discursos, defendendo um projeto societário comprometido com direitos humanos, pluralidade cultural e liberdade de consciência.

Assim, compreender a religião como vetor de influência na juventude não é apenas analisar formas de fé, mas decifrar como moralidades conservadoras sustentam projetos políticos de controle social. Entre 2019 e 2023, a moral religiosa se consolidou como uma das principais engrenagens do neoconservadorismo no Brasil, moldando subjetividades, construindo identidades e organizando práticas de poder que extrapolam o campo religioso, alcançando a vida cotidiana, a política institucional e as estruturas do Estado.

Essa confluência entre fé e política produz efeitos diretos na atuação juvenil. Em muitos espaços religiosos, o engajamento político é enquadrado como dever moral, associando a defesa de pautas conservadoras à própria salvação individual e à restauração da “nação cristã”. Esse tipo de enquadramento corresponde ao que Foucault chama de “governamentalidade”, em que os sujeitos são conduzidos a governar a si mesmos de acordo com um regime moral disciplinador. Assim, o adolescente internaliza normas rígidas sobre sexualidade, gênero e família, regulando sua conduta para corresponder ao modelo de virtude esperado.

A pregação, os rituais e as atividades de juventude religiosa operam como dispositivos de formação de mundo. Mas não apenas formam: produzem sujeitos. Como analisa Foucault, o discurso moral não apenas proíbe, ele fabrica identidades, delimita o que é inteligível e o que deve ser silenciado ou punido. Dessa forma, a moral religiosa conservadora, ao rejeitar pluralidade e relativismo cultural, consolida uma visão de mundo binária, antiplural e hierarquizada (Foucault, 1976; Goffman, 1988).

Nesse cenário, adolescentes inseridos nesses espaços passam a desenvolver uma leitura política baseada em categorias absolutas: bem/mal, pureza/perversão, autoridade/desobediência. Essa gramática moral, amplamente reforçada pelos discursos de líderes religiosos e por parlamentares da bancada religiosa, molda percepções sobre Estado, cidadania e direitos civis, naturalizando discursos punitivistas, misóginos e LGBTQIA+fóbicos sob a justificativa de “defesa dos valores cristãos”.

Para o Serviço Social, essa conjuntura exige uma postura de resistência ética inegociável. A atuação profissional deve desmascarar a instrumentalização da fé que camufla a retirada de direitos sociais. Quando a caridade ou a moral religiosa substituem a política pública, o cidadão é reduzido a um “fiel carente”, perdendo sua condição de sujeito de direitos. O compromisso do assistente social é com a liberdade de consciência e com o fortalecimento de espaços democráticos onde a religião não seja usada como ferramenta de punição, mas permaneça no campo da

subjetividade privada. Defender a laicidade é, portanto, defender a própria possibilidade de existência da diversidade e da democracia na vida da juventude brasileira.

Assim, compreender o papel da religião na construção moral e política da juventude não é apenas um exercício teórico: é parte da defesa de um projeto societário que não sacrifique a pluralidade, a liberdade e os direitos humanos em nome de um ideal moral homogêneo.

2.3 Mídia, Redes Sociais e a Espiral da Desinformação

Entre 2019 e 2023, as mídias digitais consolidaram-se como o principal ambiente de socialização política e cultural da juventude brasileira, tornando-se a própria infraestrutura da socialização política juvenil, espaços de disputa moral, identitária e ideológica. A ascensão do neoconservadorismo nesse período encontrou terreno fértil nessas plataformas, que operam através da lógica do engajamento emocional, da viralização e da personalização, substituindo a mediação tradicional da imprensa e fragilizando mecanismos de verificação crítica (Cesarino, 2020). A política, nesse contexto, deixa de ser uma prática racional para assumir contornos performáticos e afetivos, nos quais a indignação, o medo e o humor são instrumentos centrais de mobilização.

Nesse cenário, emerge uma nova geração de influenciadores digitais conservadores, como Nando Moura, Kim Paim, Bárbara Destefani, e perfis como “Jovens de Direita” construíram audiências massivas entre 2019 e 2022, produzindo conteúdos que simplificam temas complexos como direitos humanos, política educacional, gênero e cultura, e os transformam em trincheiras morais, cuja atuação se estrutura em torno da simplificação de temas complexos e da criação de uma identidade política juvenil, “autêntica” e rebelde. Esses “ciberativistas” atuando em plataformas como YouTube, Instagram, TikTok e X (antigo Twitter), utilizam linguagem coloquial, humor, ironia e memes para difundir pautas morais e antiprogressistas, ao mesmo tempo em que desqualificam intelectuais, jornalistas e movimentos sociais (Rocha, 2021; Lima, 2022). Essa estética da irreverência cria uma sensação de pertencimento e oposição à “velha política”, convertendo a adesão conservadora em uma forma de engajamento identitário.

Reportagens do *The Intercept Brasil* (2021) e da *BBC News Brasil* (2020) revelaram como esses influenciadores receberam apoio explícito de setores bolsonaristas, inclusive com financiamento para impulsionamento de conteúdos e participação em redes coordenadas de desinformação. Essa atuação repercute diretamente na formação política dos jovens, que passam a incorporar discursos moralistas, conspiratórios e antipolítica sob a aparência de “pensamento crítico”.

Nesse ambiente, formam-se as chamadas “câmaras de eco”, estruturas algorítmicas que reforçam opiniões já existentes e isolam o usuário de visões divergentes (Cesarino, 2021). Quanto mais o adolescente interage com conteúdos conservadores, curtindo, comentando ou compartilhando, mais o algoritmo lhe oferece vídeos com a mesma perspectiva, produzindo um ambiente informacional

homogêneo. Essa retroalimentação simbólica consolida crenças polarizadas e dificulta o contato com visões plurais, intensificando a radicalização juvenil.

Outro fator determinante é o papel da desinformação. Fake news ganharam centralidade como armas políticas durante o governo Bolsonaro, especialmente em pautas morais. A falsa narrativa do “kit gay”, que circulou desde 2011, ressurgiu com força na campanha de 2018 e continuou reverberando até 2022. Notícias desmentidas repetidamente pela imprensa, como a suposta distribuição de mamadeiras eróticas ou a “doutrinação comunista” em escolas, foram amplamente compartilhadas em grupos de WhatsApp e perfis conservadores, atingindo milhões de adolescentes. Investigação da *Folha de S. Paulo* (2018) mostrou que empresas financiaram disparos em massa de mensagens via WhatsApp para espalhar essas informações, o que influenciou significativamente a opinião pública juvenil.

Esse ecossistema informacional não apenas reforça crenças, mas produz subjetividades. O jovem passa a interpretar o mundo por meio de categorias maniqueístas, como “cidadãos de bem” versus “inimigos da nação”, “cristãos” versus “degenerados”, “patriotas” versus “comunistas”. A reflexão política é substituída pela reação emocional, e a identidade é construída por meio da adesão a uma narrativa de guerra moral. Como analisam Marília Pontes Sposito (2018) e Maria Lúcia da Silva Barroco (2022), essa lógica compromete o desenvolvimento da autonomia crítica e produz jovens mais predispostos a discursos autoritários e punitivistas.

As redes sociais, longe de serem apenas meios neutros de expressão, funcionam como espaços de poder simbólico e dominação cultural, onde o neoconservadorismo encontra terreno fértil para se reproduzir. O desafio ético e político, inclusive para o Serviço Social, está em compreender essas mediações e propor estratégias de educação crítica para o uso das mídias, capazes de reconstruir a autonomia intelectual da juventude e reverter os efeitos da desinformação sistemática.

2.3.1 A comunidade incel e a radicalização masculina juvenil

A expansão da comunidade *incel* (involuntarily celibate ou celibatário involuntário em português), refere-se a homens que se sentem incapazes de encontrar uma parceira sexual, embora também possa ser usado como um insulto para qualquer pessoa percebida como impopular ou sexualmente inexperiente. No Brasil deve ser lida através da lente da crise da masculinidade hegemônica (Connell, 2005). Em um contexto de precarização do futuro e dissolução de papéis tradicionais, muitos jovens experimentam o que Michael Kimmel (2013) define como “privilegio ferido” (*aggrieved entitlement*): a sensação de que lhes foi prometido um poder (sobre mulheres, sobre a carreira, sobre a sociedade) que a realidade atual não entrega.

No Brasil entre 2019 e 2023 este fenômeno se tornou central para compreender a radicalização masculina juvenil no ambiente digital. Embora esse movimento tenha origem em fóruns internacionais, sua adaptação ao contexto

brasileiro ocorreu de maneira acelerada, especialmente entre adolescentes do sexo masculino que vivenciam frustrações afetivas, isolamento social e ausência de referências positivas de masculinidade. Esses jovens encontram no universo incel um espaço de acolhimento distorcido, que oferece identidade, pertencimento e narrativa explicativa para suas dores, ainda que baseada em misoginia, ressentimento e vitimismo agressivo.

Segundo relatório do InternetLab (2022), o Brasil está entre os cinco países com maior participação em subfóruns incel no Reddit e no Telegram. A faixa etária predominante varia entre 14 e 22 anos, indicando que se trata de um fenômeno profundamente juvenil. Esses ambientes digitais utilizam discursos violentos, a hierarquização entre "Chads" (alfas) e "Stacys" (mulheres desejadas) opera como uma tentativa desesperada de restaurar uma ordem patriarcal em colapso, que reforçam a ideia de que mulheres são responsáveis pela solidão masculina, atribuindo sua autonomia sexual a um suposto colapso moral da sociedade.

Apesar de parecer apenas um grupo de jovens frustrados, esses fóruns operam como espaços de radicalização acelerada, semelhantes a ambientes extremistas mapeados pelo Comitê antiterrorismo da ONU (2021). Em diversas postagens coletadas no Brasil, adolescentes compartilham planos de vingança contra colegas, idealizam massacres escolares e fazem apologia a atiradores, fenômeno que já repercutiu diretamente em episódios violentos no país. A Polícia Federal apontou, em investigações de 2022 e 2023, que adolescentes envolvidos em ataques escolares em Aracruz (ES) e Suzano (SP) mantinham contato com comunidades incel e consumiam diariamente conteúdos misóginos e supremacistas.

Essa radicalização opera através do que Bauman (2007) chama de "solidão líquida": jovens que se sentem desconectados socialmente tentam preencher suas lacunas emocionais com comunidades digitais que oferecem respostas simples e identidades rígidas. O discurso incel oferece uma explicação moral para a frustração, deslocando a responsabilidade masculina para a "degeneração da sociedade", para o feminismo ou para a autonomia feminina. Isso dialoga diretamente com a agenda neoconservadora que retoma narrativas de "crise da masculinidade", "ameaça ao papel do homem" e "decadência moral".

Além disso, o ambiente incel reforça uma forma autoritária de subjetividade, o adolescente é incentivado a desprezar a empatia, a considerar mulheres como "mercadorias sexuais" e a rejeitar intervenções sociais como saúde mental, diálogo e construção de vínculos. Esse tipo de discurso funciona como vetor do extremismo de direita, aproximando incels de outras comunidades conservadoras, como grupos anti-feministas e masculinistas.

Esse fenômeno representa um desafio emergencial onde trata-se de jovens que não apenas reproduzem discursos de ódio, mas que estão vulneráveis a violências emocionais, sociais e simbólicas. É necessária a construção de estratégias de prevenção à radicalização digital, fortalecimento de redes de apoio e

promoção de políticas públicas de saúde mental e educação crítica sobre gênero e mídias.

2.3.2 O fenômeno dos “coachs mirins” e a pedagogia neoliberal da juventude

Paralelamente ao crescimento da radicalização misógina, outro fenômeno se consolidou entre 2019 e 2023 foi a ascensão dos “coaches mirins”, que consolida uma pedagogia neoliberal voltada à infância e adolescência. Discursos de “disciplina militar” e “enriquecimento precoce” são vendidos como ferramentas de sobrevivência em um mundo competitivo. Esses jovens, alguns com apenas 12 ou 13 anos, viralizam vídeos ensinando “como enriquecer cedo”, “como ter disciplina militar”, “como ser o alfa da sua geração” ou “como empreender aos 14 anos”.

Reportagens de *UOL* (2022), *BBC Brasil* (2021) e *Estadão* (2022) destacam que grande parte desses perfis movimentam milhões de visualizações, consolidando um mercado de cursos, mentorias e ebooks voltados para um público igualmente jovem. Essa tendência revela uma pedagogia neoliberal aplicada à infância e à adolescência, na qual valores como meritocracia, auto superação e empreendedorismo são apresentados como soluções individuais para problemas estruturais como desigualdade, pobreza e falta de políticas públicas.

Essa “coachização da juventude” atua como vetor ideológico que desloca o debate sobre direitos para o campo da moral individual. Ao afirmar que “pobre é pobre porque pensa como pobre”, esses discursos reforçam estigmas e culpabilizam crianças e adolescentes por condições materiais impostas por desigualdades históricas. Esse tipo de fala ecoa diretamente a racionalidade neoliberal analisada por Dardot e Laval (2016), que transformam o sujeito em empresa de si mesmo e naturalizam a competição como modo único de existência.

Os coaches mirins também dialogam com o neoconservadorismo por meio de um discurso de “ordem”, disciplina e esforço pessoal que se opõe a políticas públicas, movimentos sociais e educação crítica. Alguns desses perfis, inclusive, replicam falas bolsonaristas, criticando “mimimi”, “vagabundagem”, direitos sociais e universidades públicas. O resultado é a formação de uma juventude engajada politicamente, mas a partir de uma racionalidade anti-Estado, moralista e competitiva, o que favorece agendas neoliberais e autoritárias.

Essa pedagogia digital cria um ambiente de pressão intensa sobre adolescentes, que passam a medir sua autoestima por produtividade, desempenho financeiro ou estética de sucesso. A literatura mostra que esse fenômeno tem efeitos diretos sobre saúde mental. Pesquisas da Organização Pan-Americana de Saúde (2022) e do Instituto Vita Alere (2021) apontam que o Brasil vive uma epidemia de ansiedade e depressão entre jovens, um quadro agravado por discursos de autoexigência extrema, especialmente no pós-pandemia.

O discurso dos coaches mirins também reforça papéis de gênero: meninos são incentivados a adotar uma postura “alfa”, agressiva, dominadora e fria

emocionalmente, aproximando-se, inclusive, das narrativas da comunidade incel, enquanto meninas são direcionadas para “feminilidade estratégica”, empreendedorismo domesticado e comportamentos voltados para estética e autocontrole corporal.

A intersecção entre a cultura incel e a pedagogia do coaching revela um projeto de socialização juvenil baseado no individualismo radical e no desprezo pela alteridade:

1. **Fuga da Política:** Ambos os discursos deslocam o debate sobre direitos (ECA, Estatuto da Juventude) para o campo da moral e da performance individual.
2. **Gênero como Controle:** Enquanto meninos são empurrados para o "estoicismo" e a agressividade dominadora, meninas são direcionadas a uma "feminilidade estratégica", reforçando papéis tradicionais sob uma roupagem de "gestão de si".

Para o Serviço Social, o desafio é enfrentar a subjetividade autoritária que emerge dessas mediações digitais. É necessário desvelar que tanto o ressentimento incel quanto a ansiedade do coach mirim são subprodutos de uma sociedade que prioriza a competição sobre a solidariedade.

A atuação profissional deve focar na reconstrução do vínculo social e na promoção de uma educação crítica para as mídias, capaz de mostrar ao jovem que sua dor não será curada pelo ódio ou pela produtividade tóxica, mas pela conquista coletiva de direitos e pela afirmação da diversidade.

Assim, a cultura dos coachs não pode ser tratada como simples entretenimento juvenil: trata-se de uma estrutura de socialização neoliberal, que molda subjetividades, normaliza a competição permanente e apaga dimensões coletivas da vida social. O enfrentamento desse discurso implica reforçar debates sobre direitos, cidadania, políticas públicas e solidariedade social, elementos fundamentais para a formação de uma juventude crítica, plural e consciente dos processos históricos que estruturam a sociedade.

3. REFLEXOS NA ESCOLA, CIDADANIA E FORMAÇÃO JUVENIL

3.1 A escola como campo de batalha cultural

Entre 2019 e 2023, a escola pública brasileira foi reconfigurada como um dos territórios mais conflagrados da disputa de hegemonia no país. Tradicionalmente concebida como espaço de formação crítica, socialização democrática e circulação de saberes plurais, ela passou a ser retratada pelos setores conservadores como um território tomado por inimigos internos, professores, pesquisadores, pedagogos e estudantes, supostamente engajados em “doutrinação ideológica”. Esse discurso, que já vinha sendo cultivado e atingiu seu auge durante o governo Bolsonaro, transformando a instituição escolar em alvo constante de vigilância, censura e pânico moral (Apple, 2017; Penna; Silva Junior, 2017).

O movimento Escola Sem Partido (ESP) funcionou como a ponta de lança dessa ofensiva, operando como uma tecnologia de vigilância que transformou o ambiente pedagógico em um panóptico moral. Embora afirmasse defender a “neutralidade política”, suas ações efetivas consistiam em criminalizar a prática docente e silenciar debates sociopolíticos dentro da escola. O ESP ganhou forte projeção após ser amplamente impulsionado por comunicadores digitais, influenciadores conservadores e parlamentares da bancada evangélica. Em 2019, propostas inspiradas no movimento foram apresentadas em assembleias legislativas de pelo menos 15 estados, além de tentativas de federalização do projeto. O clima criado pelo ESP instaurou o monitoramento constante de professores e a criminalização da prática docente, com pais sendo incentivados a filmar professores e denunciar conteúdos considerados “de esquerda”.

Este fenômeno rompe diretamente com as garantias do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, e com o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), que estabelece o direito à diversidade e à igualdade como fundamentos da cidadania juvenil. Ao silenciar o debate sobre gênero, raça e classe, o Estado renuncia ao seu dever de proteção integral, deixando o adolescente vulnerável à reprodução de violências simbólicas e estruturais.

Jornais como *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *El País Brasil* relataram dezenas de casos entre 2018 e 2022 em que docentes foram perseguidos, ameaçados e até afastados após falas sobre direitos humanos, política, feminismo ou diversidade. Em 2019, por exemplo, o caso da professora de Goiás filmada à força por um aluno enquanto explicava democracia ganhou repercussão nacional, levando à abertura de processo administrativo e a ataques virtuais coordenados por influenciadores bolsonaristas. Em outra situação, em 2020, docentes da rede estadual do Paraná foram ameaçados após discutirem gênero e sexualidade em sala de aula, sob acusações de “ensino de ideologia de gênero”.

Essa “mordança invisível” compromete o direito constitucional à liberdade de cátedra e retira dos jovens o acesso ao conhecimento sistematizado sobre a

realidade social. Professores passaram a evitar temas sensíveis, receosos de serem expostos nas redes sociais ou denunciados a diretores, conselhos tutelares e secretarias de educação. Levantamento da CNTE (2020) mostrou que 67% dos docentes afirmaram ter deixado de abordar conteúdos curriculares por medo de retaliações. Além disso, a instabilidade política gerada por sucessivas trocas de ministros da Educação, foram quatro ministros entre 2019 e 2022, que agravou a sensação de insegurança profissional.

O governo Bolsonaro reforçou esse ambiente ao promover ataques públicos e reiterados contra universidades, professores e pesquisadores. Em 2019, o então ministro Abraham Weintraub acusou faculdades de “plantações de maconha” e “fábricas de doutrinação”, declarações que foram amplamente reproduzidas em redes sociais. Esses discursos oficiais legitimaram ataques virtuais contra educadores e estimularam ações policiais arbitrárias, como a apreensão de materiais acadêmicos em universidades durante o período eleitoral de 2018, episódio denunciado pelo Ministério Público Federal.

O impacto dessa ofensiva conservadora não se limita às relações pedagógicas: ele alcança diretamente o currículo escolar. Temas como direitos humanos, diversidade sexual, educação antirracista e discussões sobre desigualdade social passaram a ser rotulados como “ideológicos”, justificando sua exclusão ou diluição. A implementação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, sofreu boicotes explícitos, especialmente após declarações de Bolsonaro classificando o combate ao racismo como “vitimismo”. Paralelamente, materiais sobre diversidade de gênero ou combate à violência contra a população LGBTQIA+ foram retirados de portais educacionais do MEC, como noticiado pelo *G1* em 2019.

É fundamental compreender que a vigilância moral não ocorre no vácuo, ela se acopla perfeitamente ao projeto educacional neoliberal. Enquanto o neoconservadorismo ataca o “conteúdo” (gênero, política, diversidade), o neoliberalismo ataca a “forma” e o “investimento” (privatização, Novo Ensino Médio, redução de custos). A desqualificação das humanidades e do pensamento crítico serve ao mercado de trabalho precário. Um jovem privado de debater desigualdade de classe, racismo estrutural e direitos humanos torna-se o trabalhador ideal da “uberização”: dócil, despolitizado e incapaz de reconhecer sua exploração, ao eliminar ou reduzir debates sobre desigualdades históricas, direitos civis e pluralidade cultural, a escola deixa de cumprir sua função social de promover consciência crítica e cidadania democrática.

Esse esvaziamento curricular produz consequências profundas para a formação dos adolescentes. Saviani (2013) enfatiza que a educação emancipadora depende da apresentação sistemática dos conteúdos fundamentais à compreensão da realidade e quando esses conteúdos são suprimidos, o espaço escolar torna-se mero reprodutor de conservadorismo e obediência. Neste cenário, a inserção do Assistente Social na educação (Lei 13.935/2019) assume um caráter tático e ético-político.

O profissional não atua apenas na gestão de benefícios, mas na mediação de conflitos que, sob a aparência de "divergência moral", escondem violações de direitos fundamentais. O enfrentamento do pânico moral, através do Programa Saúde na Escola (PSE), o/a assistente social pode pautar temas de educação sexual, saúde reprodutiva e diversidade sob o viés do direito à saúde e à informação, desmistificando as *fake news* que alimentam o controle sobre os corpos dos jovens; A Defesa de Direitos, onde o/a assistente social atua como guardião dos marcos regulatórios, garantindo que o ECA e o Estatuto da Juventude prevaleçam sobre doutrinas religiosas ou familiares que busquem restringir a autonomia e a integridade do adolescente e a Mediação e Fortalecimento de Vínculos, ao lidar com a perseguição a professores e o silenciamento de alunos, o profissional fomenta espaços de fala e escuta qualificada, rompendo com a lógica punitivista e promovendo uma cultura de direitos humanos no ambiente escolar.

Em última instância, o Serviço Social atua para garantir que a escola não seja um depósito de mão de obra barata ou um confessionário moral, mas um território livre de censura. Resistir ao conservadorismo escolar é defender um projeto societário emancipador, assegurando que a juventude tenha o direito de imaginar e construir um futuro fundamentado na liberdade, na pluralidade e na justiça social.

Nesse ambiente, muitos adolescentes passam a internalizar uma visão de um mundo moralista e binária, reforçada por redes sociais e discursos religiosos. A ausência de debate crítico favorece a construção de subjetividades alinhadas à lógica da punição, do autoritarismo e da intolerância. Além disso, grupos já vulnerabilizados, jovens negros, LGBTQIA+, indígenas e periféricos, tornam-se alvos de maior silenciamento, invisibilização e violência simbólica dentro das instituições educacionais. O apagamento das discussões sobre racismo, gênero e desigualdade de classe fragiliza sua proteção e dificulta o desenvolvimento de mecanismos de resistência e afirmação identitária.

A escola, assim, deixou de ser percebida por muitos como um espaço de emancipação e passou a ser instrumentalizada por projetos que buscam impor valores morais particulares como norma universal. Maria Lúcia da Silva Barroco (2022) destaca que o neoconservadorismo redefine a ética pública ao substituir princípios de justiça social e direitos humanos por valores punitivistas, familistas e religiosos. Essa substituição fragiliza a democracia e abre caminho para práticas autoritárias, como censura pedagógica, perseguição a professores e criminalização do pensamento crítico.

O Serviço Social deve ser o articulador da rede de proteção, garantindo que a escola permaneça como um território livre de censura, onde a diversidade seja celebrada e a desigualdade seja desvelada. Resistir ao conservadorismo escolar é, em última instância, defender a própria possibilidade de um projeto societário emancipador, onde a juventude não seja apenas treinada para o mercado, mas formada para a liberdade e para a democracia. A escola deve recuperar sua função essencial: ser um espaço de pluralidade, debate qualificado, convivência democrática e construção de cidadania.

3.2 Influência na Formação Política e Engajamento Juvenil

A partir de 2019, a formação da subjetividade política dos adolescentes brasileiros sofreu uma mutação estrutural. O avanço do neoconservadorismo, aliado à arquitetura algorítmica das plataformas digitais, operou um deslocamento fundamental: o debate público deixou de gravitar em torno de problemáticas estruturais, para se centrar em clivagens morais e identitárias. Como aponta Miguel (2019), a política foi transmutada em uma arena de "guerra de valores", onde a alteridade não é apenas contestada, mas negada como ameaça existencial.

Tradicionalmente, a cidadania juvenil é compreendida como um processo de construção de autonomia, em que o jovem se reconhece como sujeito de direitos e agente de transformação social (Sposito, 2018), no entanto, o ecossistema digital subverteu esse processo. Segundo o relatório Juventudes: Um Desafio Pendente (FES, 2024/2025), 57% dos jovens brasileiros utilizam as redes como principal fonte de informação política, e 93% acessam notícias diariamente por elas, isso significa que o engajamento juvenil ocorre sobretudo dentro de ambientes cuja lógica algorítmica privilegia conflito, exagero e antagonismos.

Estudos sobre desinformação mostram que, entre 2019 e 2021, páginas e influenciadores alinhados ao bolsonarismo geraram mais engajamento entre jovens do que a mídia jornalística tradicional. Esse cenário contribuiu para um processo de aprendizado político baseado mais em identificação emocional do que em reflexão crítica, reforçando uma ideia de cidadania marcada pela moralidade conservadora. O projeto neoconservador redefine a categoria de "cidadão" através de um filtro moral excludente. O "bom cidadão" (ou o "cidadão de bem") não é mais aquele que participa da construção do bem comum, mas aquele que performa uma identidade específica: cristã, defensora da "família tradicional", meritocrática e disciplinada.

Esse processo produziu efeitos distintos no comportamento juvenil. Para uma parcela dos jovens, a saturação do debate público, permeado por agressividade, desinformação e disputas morais, provocou apatia e afastamento da política formal. Pesquisas de Dayrell (2007) e Baquero (2014) já apontavam que o desinteresse juvenil frequentemente nasce da percepção de que a política não acolhe suas vozes e se apresenta como um ambiente hostil. Com a intensificação da polarização pós-2019, essa tendência se agravou: o relatório FES mostra que apenas 25% dos jovens afirmam ter alto interesse por política, mas esse distanciamento não significa desinformação ou despolitização, muitas vezes, um mecanismo de autoproteção diante da violência simbólica e moral que estrutura o debate público contemporâneo.

Por outro lado, o mesmo ecossistema informacional produziu processos de radicalização juvenil. Pesquisas de Camila Rocha (2021) e Letícia Cesarino (2021) evidenciam que o conservadorismo digital oferece narrativas maniqueístas e identidades políticas prontas, formando jovens que se mobilizam a partir de marcadores morais como a "defesa da família", "combate à ideologia de gênero", "luta contra inimigos internos". O relatório FES confirma essa tendência ao indicar que 38% dos jovens se identificam com a direita, e 17% com a extrema-direita,

sendo que boa parte desses jovens associa democracia à força punitiva do Estado, não ao diálogo e à pluralidade. Esse é um elemento marcante da fase bolsonarista, que transformou divergências políticas em batalhas morais.

A partir de 2019, discursos institucionais do governo federal reforçaram essa perspectiva. Notícias amplamente veiculadas mostram que ministros e parlamentares da base governista mobilizavam constantemente expressões como “inimigos da pátria”, “ameaça comunista”, “ideologia de gênero” e “doutrinação” para justificar ataques a professores, movimentos sociais, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e defensores de direitos humanos. Esse repertório se tornou referência para muitos adolescentes, que passaram a compreender a democracia como arena de disputa total, onde o outro é percebido como ameaça existencial. A pluralidade democrática, ao invés de representar um valor essencial, passou a significar fraqueza, instabilidade ou permissividade como já analisado por Miguel (2019).

A noção de autoridade também se reconfigurou no imaginário juvenil, especialmente entre os expostos à retórica conservadora. Maria Lúcia da Silva Barroco (2022) e Dayrell (2007) apontam que autoridades democráticas, pautadas no diálogo e na construção coletiva, vêm sendo substituídas pela valorização de figuras “fortes”, disciplinadoras e punitivas. Essa masculinização da política aproxima autoridade de autoritarismo, reforçando a ideia de que “colocar ordem” exige rigidez moral e redução de direitos. Um dos efeitos mais alarmantes dessa reconfiguração é a consolidação de uma cidadania punitiva. O relatório FES demonstra que a valorização de autoridades democráticas e dialógicas deu lugar à demanda por figuras “fortes” e disciplinadoras.

O conceito de direitos passa por processo semelhante. Segundo Maria Lúcia da Silva Barroco (2022), o conservadorismo moral opera invertendo simbolicamente categorias como “direitos humanos”, que deixam de ser entendidos como universais e passam a ser retratados como privilégios indevidos. Nos discursos juvenis influenciados pelo neoconservadorismo, políticas de inclusão, especialmente voltadas para populações negras, LGBTQIA+ e periféricas, são reinterpretadas como ameaças aos valores tradicionais. A FES mostra que, embora jovens negros confiem menos na polícia e no sistema de justiça, jovens brancos tendem, proporcionalmente, a incorporar narrativas de criminalização e descrédito de políticas redistributivas, reforçando visões meritocráticas e hierarquizadas da cidadania.

Esse conjunto de elementos demonstra que a formação política juvenil entre 2019 e 2023 foi fortemente tensionada por disputas morais, lógicas algorítmicas e discursos autoritários. A guerra cultural bolsonarista, amplificada pelas redes sociais e reforçada por instituições religiosas e familiares, consolidou uma juventude segmentada entre apatia, radicalização e descrença institucional. A democracia deixa de ser vivida como projeto coletivo e passa a ser interpretada através de categorias morais, que enfraquecem valores fundamentais como diálogo, alteridade, solidariedade e justiça social. Ainda assim, os dados mostram que as juventudes

permanecem em disputa, mesmo imersas nesse ambiente hostil, mantêm potencial crítico, demandas por equidade e resistência às formas mais duras de autoritarismo.

Para o Serviço Social, o desafio é desconstruir essa cidadania moralizada e punitiva. É necessário reafirmar que a cidadania juvenil se constrói no acesso a direitos materiais e na capacidade de lidar com a diferença sem aniquilá-la. A intervenção profissional deve buscar a transição da "identidade moral" para a "consciência de classe", retirando o véu da guerra cultural que oculta as contradições do capitalismo neoliberal. Reconstruir a autonomia intelectual da juventude significa garantir que ela possa imaginar um futuro onde a democracia não seja o triunfo da força, mas o exercício cotidiano da justiça social e da solidariedade.

3.3 Implicações Culturais na Identidade do Adolescente

A adolescência, marcada historicamente por processos de experimentação, transgressão criativa e busca de singularidade, passou a se desenvolver sob um regime de vigilância moral que tenta normatizar corpos, condutas e afetos (Judith Butler, 2017). Dessa forma, a subjetividade juvenil tornou-se terreno de disputa política direta.

Entre 2019 e 2023, discursos governamentais e influenciadores conservadores intensificaram a defesa da "família tradicional", do controle moral sobre gênero e sexualidade e da repressão de expressões culturais consideradas desviantes. Notícias amplamente divulgadas mostram que parlamentares da bancada religiosa e ministros de Estado atacaram, repetidas vezes, temas como educação sexual, debates de gênero nas escolas, diversidade cultural e políticas de inclusão. Em 2020, por exemplo, a tentativa de censura de materiais escolares que mencionavam diversidade e a perseguição pública a artistas LGBTQIA + constituíram episódios emblemáticos de um projeto moralizador. Esses movimentos ecoaram diretamente no cotidiano adolescente, reforçando modelos rígidos de masculinidade, feminilidade e comportamento (Hooks, 2017).

Esse ambiente produz o que Maria Lúcia da Silva Barroco (2022) denomina "moralização da vida social", um processo que transforma normas culturais e religiosas em critérios de validação da identidade. Para muitos adolescentes, especialmente aqueles que não se encaixam nos padrões hegemônicos, esse cenário resulta em exclusão simbólica, silenciamento e experiências cotidianas de violência psicológica. Pesquisas em saúde mental juvenil apontam que jovens LGBTQIA + brasileiros relatam níveis mais elevados de ansiedade, depressão e ideação suicida, dados confirmados pelo relatório do *Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIA +* (2023), que registrou aumento significativo de agressões direcionadas a adolescentes nesse período. A pressão para se conformar ao padrão idealizado de "bom jovem", "menina de família" ou "rapaz de comportamento exemplar" afeta profundamente a autoestima e a construção de pertencimento social.

A escola, que deveria funcionar como espaço de acolhimento e construção identitária plural, tornou-se palco da disputa moral. A retórica do combate à “ideologia de gênero” produziu insegurança entre educadores, perseguições públicas e censuras institucionais. Em 2021 e 2022, notícias de professores denunciados por abordar temas de diversidade circularam amplamente em diversos estados, projetos de lei tentaram regulamentar o que docentes poderiam ou não discutir, reprimindo debates essenciais ao desenvolvimento crítico. Esse clima de vigilância produz medo e silenciamento, como mostra Sibila (2015), que discute como ambientes hostis à expressão pessoal reduzem a autonomia e a criatividade do adolescente, estabelecendo limites rígidos à construção de si.

O ambiente digital intensifica essas tensões. Longe de ser um campo neutro, as redes sociais funcionam como arenas morais onde discursos de ódio, violência simbólica e linchamentos virtuais são mobilizados como forma de punição e controle social. Pesquisas do InternetLab e do *SaferNet Brasil* entre 2021 e 2023 mostram que adolescentes são um dos grupos que mais sofrem ataques virtuais por motivos relacionados à aparência, sexualidade, raça e opiniões políticas. A guerra cultural transforma o que deveria ser espaço de experimentação identitária em um território de alto risco, onde qualquer expressão que fuja do padrão conservador pode desencadear violência simbólica. Como analisa Goffman (1988), processos de estigmatização social produzem identidades feridas, internalização de culpa e retração subjetiva, mecanismos facilmente observáveis no cotidiano digital juvenil contemporâneo.

Esse cenário cria uma contradição profunda onde, enquanto o discurso conservador afirma defender a “liberdade de expressão”, ele a instrumentaliza para justificar práticas de intolerância. O direito à opinião, mobilizado seletivamente, passa a sustentar ataques a minorias e reforçar hierarquias culturais. Ao mesmo tempo, críticas a manifestações discriminatórias são reinterpretadas como censura, “ditadura do politicamente correto” ou ameaça à “liberdade cristã”. Esse uso distorcido da liberdade promove, na prática, a manutenção de estruturas de poder que silenciam corpos dissidentes. Para adolescentes, essa inversão normativa produz aprendizados distorcidos sobre democracia, reforçando a ideia de que direitos, respeito e tolerância são valores condicionais, que se aplicam apenas a determinados grupos.

Além do impacto subjetivo, há repercussões culturais mais amplas. O avanço conservador afetou práticas artísticas, escolares, midiáticas e familiares, reduzindo a circulação de manifestações culturais consideradas “desobedientes” ou “imorais”. Entre 2019 e 2023, exposições de arte foram canceladas, filmes com temática LGBTQIA + enfrentaram tentativas de censura, e políticas culturais voltadas à juventude foram drasticamente reduzidas, como denunciado por diversas entidades do setor cultural. Esses recuos atingem diretamente os adolescentes, que têm menos acesso a referências pluralistas e menos oportunidades de explorar identidades diversas e criativas.

A análise desse conjunto de processos revela que resistir ao modelo cultural homogêneo proposto pelo conservadorismo é tarefa essencial para a promoção de bem-estar, cidadania e dignidade juvenil. Políticas públicas precisam reafirmar o valor da diversidade cultural, enquanto escolas e instituições sociais devem recuperar seu papel de espaços de acolhimento e emancipação. A escuta qualificada, o reconhecimento da diferença e a promoção de ambientes seguros são estratégias fundamentais para que adolescentes possam se desenvolver longe da repressão moral e da violência simbólica. O Serviço Social, inserido nesse campo, tem papel decisivo na defesa da liberdade de expressão responsável, da pluralidade e da garantia de direitos, contribuindo para a construção de identidades juvenis autônomas, críticas e socialmente reconhecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho evidencia que o avanço conservador no Brasil entre 2018 e 2023 não se limitou a uma alternância de poder institucional, mas configurou-se como um projeto societário de reorganização da cultura e das subjetividades. Para os adolescentes, esse processo representou uma tentativa deliberada de captura da autonomia através da instrumentalização de afetos como o medo e o ressentimento, convertendo a transição da adolescência em um laboratório de disciplinamento moral e silenciamento identitário.

Evidenciou-se que o neoconservadorismo opera por meio de uma biopolítica que desloca as contradições estruturais do capitalismo para o terreno da moral individual. Ao transformar a escola e a família em arenas de vigilância, esse movimento produziu nos adolescentes uma cidadania moralizada e punitiva, onde o pertencimento é condicionado à negação da alteridade. A escola, alvo de pânicos morais e censura, viu sua função de formação crítica ser ameaçada por um projeto que visa substituir o pluralismo democrático pela obediência dogmática.

Os efeitos desse movimento se manifestam na intensificação de discursos polarizados, na adesão a narrativas simplificadas sobre temas complexos, na vigilância moral entre pares e na dificuldade crescente de diálogo plural em espaços como a escola, a família e as redes sociais. As análises de autores como Almeida e Miskolci mostram que o conservadorismo contemporâneo opera também afetivamente, mobilizando medo, ressentimento, ansiedade e desejo de estabilidade, elementos que encontram grande ressonância na vivência juvenil.

Ao mesmo tempo, este estudo evidenciou que as instituições educacionais se tornaram arenas centrais dessa disputa moral, sofrendo tentativas de censura, controle e redefinição curricular. A escola, que deveria ser espaço de formação crítica, passou a ser alvo de narrativas de pânico moral, especialmente em torno de gênero e sexualidade. Isso repercute diretamente na subjetividade dos adolescentes, que experimentam restrições simbólicas, conflitos identitários e pressões comportamentais.

Diante desse cenário, a atuação do Assistente Social não se limita ao campo técnico-operativo, configurando-se, sobretudo, como uma prática política comprometida com a resistência frente às ofensivas conservadoras. Esse enfrentamento pressupõe a vinculação inegociável ao Projeto Ético-Político da profissão, ancorado na centralidade dos Direitos Humanos e na defesa da democracia como fundamentos estruturantes.

Nessa direção, torna-se imprescindível a defesa da autonomia dos sujeitos, o que implica desvelar e romper com as chamadas “mordaças invisíveis” que restringem a liberdade de expressão e de existência dos adolescentes. O

profissional deve assegurar que esses sujeitos não sejam reduzidos a objetos de tutela moral, mas reconhecidos em sua condição de sujeitos de direitos, portadores de desejos, vozes e projetos de vida.

Paralelamente, o enfrentamento ao pânico moral se coloca como uma tarefa central. Cabe ao Serviço Social explicitar as determinações de classe e de gênero que sustentam discursos moralizantes, muitas vezes naturalizados, mas profundamente excludentes. Isso exige uma atuação crítica voltada à desconstrução de estigmas e à contestação da criminalização que recai, de forma seletiva, sobre juventudes periféricas, negras e LGBTQIA+.

A prática profissional deve ser compreendida como uma verdadeira trincheira de resistência. Isso implica posicionar-se de maneira firme contra processos de “neo-moralização” do exercício profissional, recusando práticas de cunho punitivista que buscam enquadrar a juventude em padrões normativos e excludentes. Trata-se, portanto, de sustentar uma intervenção alinhada aos princípios éticos da profissão, reafirmando seu compromisso histórico com a emancipação e a justiça social.

O Serviço Social, diante desse cenário, assume papel estratégico. A profissão precisa estar preparada para identificar como essas moralidades conservadoras impactam a garantia de direitos, o acesso a políticas públicas e a autonomia dos jovens. A análise crítica aqui desenvolvida reforça a importância de práticas profissionais baseadas no projeto ético-político, na defesa da diversidade e no enfrentamento das desigualdades reproduzidas pelo discurso conservador.

Conclui-se que compreender o avanço conservador não é apenas uma questão teórica, mas uma necessidade prática para quem atua com adolescentes. O período estudado mostrou que as juventudes estão no centro das disputas sobre o futuro do país, seja como alvo de narrativas disciplinadoras, seja como protagonistas de resistências, reinvenções culturais e novas formas de engajamento político.

Este estudo aponta, portanto, para a urgência de fortalecer políticas públicas que promovam ambientes escolares democráticos, protejam a liberdade de expressão e incentivem o desenvolvimento crítico dos jovens. Reforça também a necessidade de ampliar a pesquisa sobre adolescência em contextos de moralização política, garantindo que futuras intervenções profissionais sejam éticas, informadas e comprometidas com a emancipação das juventudes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. **A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 50, e175001, 2017.
- ALMEIDA, Ronaldo de. **Deus acima de todos: evangélicos e bolsonarismo**. São Paulo: Todavia, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **Decisivos em 2018, evangélicos são meta de votos de governo e oposição**. SBT News, 2018. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/eleicoes/204967-decisivos-em-2018-evangelicos-s-ao-meta-de-votos-de-governo-e-oposicao>. Acesso em: 16 Nov. 2025.
- APPLE, Michael W. **A educação pode mudar a sociedade?** Petrópolis: Vozes, 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- BARROCO, Maria Lúcia da S. **Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.268>. Acesso em: 29 set. 2025.
- BARROCO, Maria Lúcia da S. **Não passarão: ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, n. 124, p. 636-655, 2015.
- BARROCO, Maria Lúcia da S. **Neoconservadorismo e Serviço Social: disputas ético-políticas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos: sobre viver em um tempo de incertezas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BBC NEWS BRASIL. **Como influenciadores conservadores mobilizam jovens no Brasil.** BBC, 2020.

BBC NEWS BRASIL. **Como pensam evangélicas, que podem definir eleição para presidente.** BBC News Brasil, 11 maio 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/05/11/como-pensam-evangelicas-que-podem-definir-eleicao-para-presidente.htm>. Acesso em: 11 set de 2025

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro.** São Paulo: Hucitec, 2005.

BRASIL. **Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2013.

BRASIL DE FATO. **Redução do apoio evangélico a Bolsonaro reflete “preocupação maior com a vida”.** 26 maio 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/26/reducao-do-apoio-evangelico-a-bolsonaro-reflete-preocupacao-maior-com-a-vida/>. Acesso em: 15 de Set. 2025

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente.** São Paulo: Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CEAP/PUC-SP. **Juventude e Política Religiosa no Brasil.** São Paulo, 2022.

CENPEC; AÇÃO EDUCATIVA. **Pesquisa revela que maioria dos brasileiros é contra a agenda ultraconservadora na Educação.** 2022. Disponível em: <https://sindipetro.org/2022/08/01/mais-de-90-dos-brasileiros-divergem-de-bolsonaro-e-aprovam-genero-e-educacao-sexual-nas-escolas/>.

CESARINO, Letícia. **Antropologia das redes digitais e a política brasileira.** São Paulo: UBU Editora, 2020.

CESARINO, Letícia. **Desinformação e afetos na política digital.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2021.

CORREIO BRAZILIENSE. **Maioria dos brasileiros é contra modelo de escola cívico-militar.** 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2022/07/5020766-maioria-dos-brasileiros-e-contra-modelo-de-escola-civico-militar.html>

DATAFOLHA. **Perfil religioso da juventude brasileira.** São Paulo, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.* Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016

ECO, Umberto. **Contra o fascismo.** [S. l.]: Lumen, 2018. E-book.

ESTADÃO. **Bolsonaro diz que “marxismo cultural” ameaça crianças e escolas.** O Estado de S. Paulo, 15 set. 2018.

ESTADÃO. **Encontros entre Bolsonaro e líderes evangélicos reforçam alinhamento político.** O Estado de S. Paulo, 2020.

ESTADÃO. **O fenômeno dos mini empreendedores digitais.** 2022.

FANTÁSTICO. **Reportagem denuncia fake news religiosas sobre escolas públicas.** Rede Globo, 2021.

FANTÁSTICO. **Reportagem sobre grupos incel no Brasil.** Rede Globo, 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Empresários bancam disparos de WhatsApp contra o PT.** 18 out. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. **Empresas financiaram disparos em massa no WhatsApp.** 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1975.

G1. **“Menino veste azul e menina veste rosa”**, diz ministra Damares Alves. 2019.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

INTERNETLAB. **Relatórios sobre misoginia digital e comunidades incel**. São Paulo, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, A. **Juventude, Internet e Radicalização Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião, política e moralidade: a atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 30, n. 89, p. 1–18, 2015.

MADSON et al. **Agenda Política: votação entre evangélicos nas eleições de 2018**. Agenda Política – Revista de Discentes da UFScar, v. 8, n. 1, 2020.

MARTINS, José de Souza. **A família como célula mater da sociedade**. São Paulo: Edusp, 2011.

MIGUEL, Luiz Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MISKOLCI, Richard. **Ideologia de gênero: uma falácia contemporânea**. São Paulo: Autêntica, 2017.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais: uma análise sociológica da sexualidade nas redes**. São Paulo: Autêntica, 2021.

MOURÃO, Luiz Fernando (ed.). **O conservadorismo no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2020.

Disponível

em:

<https://www.editoraunesp.com.br/livro/o-conservadorismo-no-brasil/>

MOUTINHO, Laura. **Razões e emoções: um estudo antropológico sobre a homossexualidade masculina em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2004.

O GLOBO. **Bolsonaro promete “acabar com ideologia de gênero” em comício no Acre.** O Globo, 02 out. 2018.

PENNA, Fernando; SILVA JUNIOR, João Batista da. **Escola sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Revista Teias, v. 18, n. 51, p. 4-24, 2017.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PODER360. **Bolsonaro tem 52% do voto evangélico; Lula tem 31%.** 17 ago. 2022.

PODER360. **55% dos evangélicos aprovam governo Bolsonaro, diz PoderData.** 18 ago. 2022.

PRANDI, Reginaldo. **Religião e sociedade: o campo religioso no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2008.

ROCHA, Camila. **A nova direita digital.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVEIRA, Sérgio. **Democracia e plataformas digitais.** São Paulo: Boitempo, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011–2016).** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOARES, Luís Eduardo. **Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2020.

SOARES, Luís Eduardo. **Juventude, autoritarismo e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e socialização política.** RBCC, 2018.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”.** Porto Alegre: L&PM, 2019.

THE INTERCEPT BRASIL. **Influenciadores bolsonaristas e redes de desinformação.** 2021.

UFMG. **Religião, Política e Juventude no Brasil**. Belo Horizonte, 2022.

UOL. **A explosão de jovens “coachs” na internet**. UOL, 2022.

“Lula vence em cidades católicas e Bolsonaro lidera entre evangélicos”. Muita Informação, 2025